15374.003365/2001-12

Recurso nº

133.736

Matéria

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - EX.: 1997

Recorrente

MAQUIMOTOR COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA.

Recorrida

7ª TURMA/DRJ no RIO DE JANEIRO/RJ-I

Sessão de

12 DE AGOSTO DE 2004

Acórdão nº

105-14.651

AÇÃO JUDICIAL - A existência de ação judicial versando sobre a mesma matéria do litigioso administrativo importa em não conhecimento desta pelo Conselho de Contribuintes.

TAXA SELIC - Para os débitos tributários não pagos até o vencimento incidem os juros de mora calculados com base na Taxa Selic, nos termos das Lei 9.065/95 e 9.430/96.

Recurso improvido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por MAQUIMOTOR COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA.

ACORDAM os Membros da Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NÃO CONHECER da matéria submetida ao Poder Judiciário e no mais NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

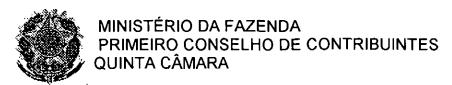
ĆLÓVIS ALVES

RESIDENTE

cett file DANIEL SAHAGOFF

RELATOR

FORMALIZADO EM: 22 SET 2004



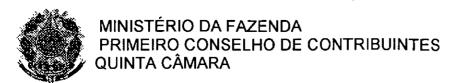
: 15374.003365/2001-12

Acórdão nº

: 105-14.651

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: LUIS GONZAGA MEDEIROS NÓBREGA, CORINTHO OLIVEIRA MACHADO, EDUARDO DA ROCHA SCHMIDT, NADJA RODRIGUES ROMERO, IRINEU BIANCHI e JOSÉ CARLOS

PASSUELLO.



: 15374.003365/2001-12

Acórdão nº

: 105-14.651

Recurso nº

: 133.736

Recorrente

: MAQUIMOTOR COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA.

RFLATÓRIO

MAQUIMOTOR COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA., empresa já qualificada nestes autos, foi autuada em 23/08/2001 (fls. 01 a 05), relativamente à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), no montante de R\$ 107.959,90, referente ao ano-calendário de 1996, incluídos o principal e juros de mora calculados até essa data.

O lançamento foi constituído com fundamento no artigo 58 da Lei 8.981/95 e artigo 16 da Lei 9.605/95, já que o contribuinte teria realizado a "compensação da base de cálculo negativa de períodos - base anteriores na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido superior a 30% do lucro líquido ajustado."

Às fls. 10 a 31 foram anexadas cópias do Mandado de Segurança nº 97.007975-9, em trâmite perante a 16ª Vara Federal da Seção do Rio de Janeiro, no qual a interessada questiona as disposições legais que limitam a compensação integral das bases de cálculos negativas de períodos-base anteriores.

Irresignado com a autuação, o contribuinte ingressou com a impugnação (fls. 60/98), alegando, em síntese, que:

a) é inconstitucional e ilegal a limitação da compensação de prejuízos fiscais que embasou o auto de infração, por violar os conceitos e princípios de Renda e Lucro, capacidade econômica, direito à propriedade, vedação do confisco, isonomia, empréstimo compulsório, direito adquirido, anterioridade, irretroatividade e ato jurídico perfeito; e



: 15374.003365/2001-12

Acórdão nº

: 105-14.651

b) a aplicação da taxa Selic como juros de mora também é ilegal e inconstitucional, já que não foi criada para fins tributários, possui caráter remuneratório e com conotação de correção monetária, representando, assim, aumento de tributo sem lei específica.

Em 22.08.2002, a 7ª Turma da DRJ no Rio de Janeiro/RJ julgou o lançamento procedente, conforme Ementa abaixo transcrita:

"AÇÃO JUDICIAL. Em face do princípio constitucional da unidade de jurisdição, a existência de ação judicial em nome da interessada, versando sobre a mesma matéria do litigioso administrativo, importa em renúncia às instâncias administrativas, devendo por esta ser declarada definitiva a exigência, mas deixando prevalecer, obviamente, a decisão final da justiça.

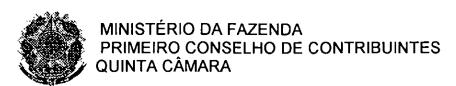
JUROS DE MORA. TAXA SELIC. Sobre os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional, incidem, por força de lei e a partir de 1º de abril de 1995, juros de mora equivalentes à Taxa Selic".

A decisão "a quo" julgou o lançamento procedente por entender estar prejudicado o mérito objeto da impugnação (limite de 30% na compensação das bases de cálculo negativa da CSSL de períodos-base anteriores), por se tratar de mesma matéria levada à apreciação da autoridade judicial.

Com relação à aplicabilidade da Taxa Selic, entendendo que essa matéria não foi submetida ao Judiciário na Ação Mandamental, julgou o lançamento procedente, já que a sua aplicação tem esteio no artigo 13 da Lei 9.065/95, para fatos geradores ocorridos entre 1º de abril de 1995 e 31 de dezembro de 1996, e no parágrafo 3º do artigo 61 da Lei 9.460/96, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 1997.







: 15374.003365/2001-12

Acórdão nº

: 105-14.651

Os argumentos relativos à constitucionalidade da referida Taxa deixaram de ser apreciados pela autoridade administrativa com base no Parecer Normativo CST n° 329, de 1970.

Inconformado com a decisão proferida pela instância "a quo", o contribuinte interpôs Recurso Voluntário alegando, no mérito, toda a matéria apresentada na impugnação e em sede de preliminar que:

A) não obstante haver previsão legal no sentido de que a ocorrência simultânea de processo judicial e administrativo sobre a mesma matéria implica na renúncia à esfera administrativa, tal não ocorreu no caso em debate. Isso porque, o processo judicial que promove a recorrente visa obter provimento para declarar o direito de compensar as bases negativas da CSLL acima do limite de 30% (trinta por cento), enquanto o processo administrativo visa anular o lançamento de um débito inexistente.

É o relatório.



: 15374.003365/2001-12

Acórdão nº

: 105-14.651

VOTO

Conselheiro DANIEL SAHAGOFF, Relator

O recurso voluntário é tempestivo e se encontram arrolados bens para garantia de seu prosseguimento, razões pelas quais o conheço.

Não assiste razão à recorrente, não merecendo qualquer reforma a decisão preferida pela DRJ do Rio de Janeiro/RJ.

De fato, o Mandado de Segurança nº 97.000.7975-9, em trâmite perante a 16ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, interposto contra ato praticado pelo Sr. Agente Responsável pela Agência da Receita Federal, questiona a legalidade e a constitucionalidade da limitação de 30% na compensação das bases de cálculo negativas de períodos base anteriores, bem como as exigências e restrições relativas à compensação.

A matéria suscitada pela recorrente neste processo é a mesma apresentada na esfera judicial, já que alega ser ilegal e inconstitucional a limitação imposta, devendo, pois, ser anulado auto de infração. Assim, a esfera judicial ao julgar a lide estará invariavelmente também decidindo sobre este processo.

Nessa linha, como bem observou a instância *a quo*, deve-se aplicar o princípio constitucional da Unidade da Jurisdição, prevalecendo a decisão judicial sobre a decisão administrativa, nos exatos termos do disposto no Ato Declaratório Normativo Cosit n° 03, de 14 de fevereiro de 1996, *in verbis*:

"a) a propositura pelo contribuinte, contra a Fazenda, de ação judicial, por qualquer modalidade processual, antes ou posteriormente à autuação, com o mesmo objeto, importa a renúncia



: 15374.003365/2001-12

Acórdão nº

: 105-14.651

às instâncias administrativas, ou desistência de eventual recurso

interposto".

Assim sendo, não conheço os argumentos apresentados pela recorrente referentes à limitação de 30% na compensação das bases de cálculo negativas da CSLL de períodos anteriores, por estarem prejudicados, conforme relatado acima.

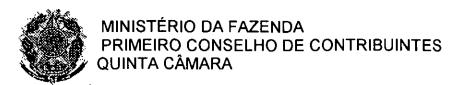
Nesse sentido, citamos alguns julgamentos:

"PROCESSO FISCAL *ADMINISTRATIVO* **NORMAS PROCESSUAIS** AÇÃO. JUDICIAL **ADMINISTRATIVA** Ε CONCOMITANTES - IMPOSSIBILIDADE - A busca da tutela jurisdicional do Poder Judiciário, antes ou depois do lançamento "exofficio", enseja renúncia ao litígio administrativo e impede a apreciação das razões de mérito, por parte da autoridade administrativa, tornando-se definitiva a exigência tributária nesta esfera". (Acórdão nº 107-04933, da Sétima Câmara do 1º Conselho de Contribuintes).

"NORMAS PROCESSUAIS – RENÚNCIA À VIA ADMINSITRATIVA – O ajuizamento de ação judicial versando sobre matéria de igual teor ao da discutida na esfera administrativa, importa renúncia à instância não jurisdicional". (Acórdão nº 202-141315, da Segunda Câmara do 2º Conselho de Contribuintes).

"RENÚNCIA A INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA — INTELIGÊNCIA DA JURISPRUDÊNCIA DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES E DO AD(N) CST 3/96 — A renúncia às esferas administrativas restringe-se à matéria posta à apreciação do Poder Judiciário. Dessa forma, no caso concreto, é de se apreciar a questão da aplicação da multa de lançamento de ofício e dos juros moratórios". (Acórdão nº 107-04062, da Sétima Câmara do 1º Conselho de Contribuintes).

Com relação à argumentação relativa a aplicação da Taxa SELIC, as razões apresentadas no recurso voluntário devem ser conhecidas, mas não providas, senão vejamos:



: 15374.003365/2001-12

Acórdão nº

: 105-14.651

A aplicação da Taxa SELIC como juros moratórios tem amparo na Lei 9.065, de 20 de junho de 1995 e na Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, não havendo nenhuma decisão judicial, com efeito *erga omnes* que disponha de forma diversa.

Dessa forma, não havendo declaração de inconstitucionalidade exarada pelo Supremo Tribunal Federal em relação às disposições legais acima transcritas, cabe a administração pública observar o seu cumprimento, sob pena de responsabilidade funcional.

Diante do exposto, voto no sentido de manter integralmente a decisão proferida pela instância "a quo", NEGANDO PROVIMENTO ao Recurso Voluntário.

Sala das Sessões - DF, em 12 de agosto de 2004.

eell saliege

DANIEL SAHAGOFF